



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001066/2024-59

**Assunto:** Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº 28588247822

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**EMENTA:** Pedido de informações acerca de quais teriam sido os motivos que levaram a Prof. S.M. à solicitação de análise e providências por parte da Unidade Processante para um protocolo já encerrado e qual seria a justificativa para as movimentações subsequentes à 08 de fevereiro de 2019. Informação inexistente. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00138/2024**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta a autarquia informou que *"a divergência de datas pode ter ocorrido por qualquer erro no sistema, entretanto isso não causou nenhum dano ou prejuízo ao cidadão"*. Em recurso o órgão reiterou a resposta inicial e informou que todas as informações produzidas ou custodiadas pelo ente público, inerentes às solicitações do requerente foram fornecidas integralmente. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023.
3. Embora o órgão tivesse afirmado de forma genérica que as

informações inerentes ao requerente haviam sido fornecidas integralmente, a equipe técnica da CODUSP realizou interlocução com órgão com o objetivo de obter informações complementares acerca do pedido em questão. Em retorno o órgão informou que não existem registros acerca da solicitação:

4. 

*"Com relação ao pedido de informações acerca dos motivos que levaram a Prof. S. M. à solicitação de análise e providências por parte da Unidade Processante para um protocolo já encerrado", esclareço que esta assessoria técnica do Gabinete da Superintendência têm várias atribuições e dentre elas a de receber e encaminhar documentos das unidades de ensino às áreas técnicas competentes para as providências sequenciais.*

*Esclareço ainda, que não tinha informações de que o referido protocolo havia sido encerrado na Unidade Processante."*

Desse modo, é o que havia a ser esclarecido, **lembrando que não há registros das informações solicitadas pelo requerente**, foi realizado um mero despacho padrão, à área técnica da Unidade Processante, sem qualquer outro conteúdo."
5. Em análise do caso concreto verifica-se que o órgão esclareceu, durante a fase de instrução recursal, que não possui registro das informações solicitadas. Nesse sentido, cumpre destacar que o atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, assim a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação, a exemplo das Decisões CGE-CODUSP/LAI 309/2022 e CGE-CODUSP/LAI 046/2023, entendimento também consolidado no plano federal pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, como pode ser observado no disposto na Súmula CMRI nº 6/2015:
6. 

*"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO: A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."*
7. Desta forma, considerando que o órgão comunicou a inexistência da informação solicitada, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/ 2011, estando ausente

o pressuposto recursal da negativa de acesso previsto no artigo 20 do Decreto nº 68.155/2023.

8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 20 de junho de 2024.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 20/06/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0031491464** e o código CRC **4CB6CEEF**.